



# DESASTRES DUPLOS

## O efeito dos ciclones Idai e Kenneth nos casamentos prematuros em Moçambique

Por ocasião do Dia Internacional da Rapariga, do 30º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, e a apenas um passo para a promulgação da lei que define a idade legal para o casamento em Moçambique em 18 anos, sem excepção, instamos o governo, Agências das NU, doadores, partes interessadas e profissionais a adoptar as recomendações contra os casamentos prematuros neste Policy Brief.

### Introdução:

Um número crescente de pesquisas em contextos afectados por desastres em todo o mundo aponta para um aumento acentuado de uniões prematuras durante e após calamidade. Este resumo de política explora a situação em Moçambique após os devastadores ciclones Idai e Kenneth em Moçambique durante o primeiro semestre de 2019. Ele analisa factores pré-existentes para o casamento prematuro e como eles interagiram com o contexto de emergência pós-ciclone. Infelizmente, não estão (ainda) disponíveis dados sólidos<sup>1</sup> sobre as taxas de casamento prematuro após os ciclones. Portanto, o documento baseia-se na pesquisa e na literatura existentes, bem como nas contribuições de campo de trabalhadores humanitários e organizações de direitos da criança nas províncias mais afectadas: Sofala, Manica e Cabo Delgado. Durante o curso da pesquisa deste artigo, foram encontrados vários casos de casamento prematuro envolvendo meninas de 13 e 14 anos de idade.

### Resumo: Recomendações específicas para o governo de Moçambique

1. Promulgar a lei contra casamentos prematuros o mais rápido possível.
2. Investir na socialização, implementação e aplicação da nova lei.

### Recomendações para profissionais do governo, agências das NU, ONGs (I) e doadores

1. Investir na educação e no empoderamento da rapariga, envolvendo homens, rapazes e mulheres.
2. Permitir que as raparigas retornem à escola o mais rápido possível após uma crise aguda, investindo em Educação em Emergências.
3. Desenvolver estratégias proactivas de mitigação contra o casamento prematuro após um desastre.
4. Identificar e envolver campões contra o casamento prematuro nas comunidades para prevenção e resposta.
5. Explorar o impacto dos desastres relacionados às mudanças climáticas no casamento prematuro
6. Estabelecer um banco de dados internacional sobre casamento prematuro em contextos humanitários, com capítulos específicos de cada país para contextos de alto risco, como Moçambique.

### Raparigas em risco

Hoje em Moçambique, 48% das raparigas se casam antes dos 18 anos de idade. 14% se casam antes dos 15 anos de idade.<sup>2</sup> Com esses números, Moçambique ocupa o nono lugar na lista de países com a maior prevalência de casamento prematuro no mundo. A combinação de uma alta prevalência de casamento prematuro com extrema vulnerabilidade à desastres naturais e mudanças climáticas faz de Moçambique um país de alto risco para meninas. Após o ciclone Idai, a organização Girl Child Rights sinalizou que:

*‘Nossos activistas estão a relatar um aumento no abandono escolar de muitas raparigas devido a uniões prematuras e*

*forçadas. Os casos de casamento prematuro são especialmente difíceis nas comunidades mais remotas. Em 12 aldeias do distrito de Mossurize, mais de 124 meninas foram forçadas a se casar desde o rescaldo do ciclone Idai.<sup>3</sup> Esta é apenas a ponta de um iceberg<sup>4</sup>.*

As consequências devastadoras para essas meninas são inestimáveis: ainda sofrendo com a perda de casa, pertences e, às vezes, até membros da família, elas são forçadas a abandonar a escola e se casar com um homem muitas vezes muito mais velho. Isso, efectivamente, constitui um duplo desastre com consequências ao longo da vida

<sup>1</sup> Consulte a última seção deste resumo de políticas para recomendações específicas sobre como lidar com a necessidade de dados sólidos

<sup>2</sup> <https://www.unicef.org/mozambique/en/child-protection>

<sup>3</sup> É uma média de mais de 10 casamentos prematuros por povoação. O tamanho total da população é 153.163 pessoas

<sup>4</sup> Declaração do Diretor da Girl Child Rights de Direitos da Menina, Chimoio, Setembro de 2019



### Um passo na luta contra o casamento prematuro:

A idade para o casamento em Moçambique ainda não foi legalmente estabelecida, sem excepções, para os 18 anos de idade. No entanto, há algum progresso a registar. Após um lobby intenso por uma coligação de Organizações da Sociedade Civil, a Assembleia da República aprovou uma lei contra os casamentos prematuros em Julho de 2019. No momento da redacção deste Policy Brief (Outubro de 2019), esta lei aguarda ainda a sua promulgação pelo Presidente da República.

O ano de 2019 marca o 30º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC), que estabelece o direito de toda criança à protecção contra violência, abuso, exploração e negligência - incluindo casamento prematuro. Também estabelece o direito das crianças a uma educação que lhes permita atingir todo o seu potencial. A situação em Moçambique coloca um número muito grande de meninas em risco. 44,7% da população tem 14 anos ou menos. Com base nas médias nacionais anteriores ao Ciclone Idai, esse grupo inclui mais de 6 milhões de raparigas, quase metade das quais provavelmente se casará antes dos 18 anos. Essa situação é um grande impedimento para alcançar o ODS-5 sobre igualdade de género e empoderamento de raparigas. Mesmo após ser promulgada a proposta legislativa do casamento prematuro, serão ainda necessárias acções urgentes para proteger todas e cada uma dessas raparigas contra este tipo de uniões através da implementação efectiva prática da lei e baseada em direitos.

### Crises humanitárias e casamento prematuro: crescentes evidências em todo o mundo

Existem evidências crescentes e cada vez mais incontestáveis de contextos humanitários (entre conflitos e desastres naturais) apontando para um aumento na prevalência de casamentos prematuros após desastres. A Save the Children tem [programas](#) para abordar o casamento prematuro em contextos humanitários desde pelo menos 2013. A organização realiza programas para abordar o casamento prematuro com refugiados, pessoas

deslocadas internamente (PDIs) e adolescentes afectados por conflitos no Egito, Etiópia, Iraque, Jordânia, Quênia, Líbano, Nepal, Ruanda, Síria e Somália.<sup>5</sup> Embora haja mais provas disponíveis,<sup>6</sup> ainda existem grandes lacunas para a nossa compreensão dos factores motivadores e outras dinâmicas que contribuem para o casamento prematuro em crises humanitárias.

No caso de Moçambique, já existem algumas evidências que relacionam desastres e casamento prematuro. Por exemplo, um [estudo](#) realizado pela CARE concluiu que durante a seca induzida pelo El Niño em 2016 em Moçambique e no contexto de escassez de alimentos, pobreza e insegurança económica, 'muitas famílias usaram o casamento prematuro como um mecanismo de superação para aumentar a renda (através do pagamento da noiva) ou para reduzir o número de dependentes por família'.<sup>7</sup>

### Motivos e factores para o casamento prematuro durante a crise em Moçambique:

As razões do casamento prematuro são variados e frequentemente convergem quando uma menina se casa antes de se tornar um adulto. Os funcionários de campo das Girl Child Rights e da [Save the Children](#) que trabalham nas províncias de Sofala, Manica e Cabo Delgado<sup>8</sup> identificaram a seguinte dinâmica que contribuiu para o casamento prematuro no contexto pós-desastre:

**Pobreza extrema:** em famílias fortemente afectadas por desastres, as meninas às vezes representam a única 'fonte de renda' potencial para aliviar necessidades económicas urgentes. As famílias mais pobres são mais vulneráveis, pois são as menos capazes de sustentar as filhas e as mais dependentes de qualquer preço ou gado que seu casamento possa trazer. Exemplos dados dessas dinâmicas pós-desastre foram:

*'Uma família que perdeu sua casa e seus pertences e, posteriormente, recebeu oferta de "ajuda" de outra pessoa em condições menos desesperadoras. Em troca, o benfeitor exigia que a filha (menor de idade) fosse casada com ele.'*

*'Um membro da família precisava de atenção médica. Um curandeiro local atendeu a pessoa doente, mas pediu uma quantia muito grande como pagamento em troca. A família não conseguiu pagar e o curandeiro exigiu que a filha menor de idade se casasse com ele em pagamento.'*

**Menos uma boca para alimentar:** Além de representar um activo económico, casar uma filha também reduz o número de pessoas que dependem do orçamento familiar para sobreviver. Esse motivo foi citado várias vezes como propulsor do casamento prematuro no contexto pós-desastre.

<sup>5</sup> Save the Children and Human Rights Center UC Berkely School of Law (2018) TOWARD AN END TO CHILD MARRIAGE. Lessons from Research and Practice in Development and Humanitarian Sectors.

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, Girls Not Brides (2018): Casamentos Prematuros em Contextos Humanitários e Plano UK (2011) de quebra de votos, uniões prematuras e forçada e educação de raparigas.

<sup>7</sup> CARE (2019) Hope dries up? Women and Girls coping with Drought and Climate Change in Mozambique, P6

<sup>8</sup> De acordo com o UNICEF, 'A idade média de casamento é baixa em Cabo Delgado e Manica'

**Acesso a escolas secundárias:** No contexto de emergência, algumas escolas foram forçadas a fechar temporariamente. Em outros casos, as famílias não tinham recursos suficientes para pagar pelo material escolar ou transporte (seguro) para a escola mais próxima. Em tais situações, as meninas são as primeiras a abandonar a escola, o que aumenta o risco de se casarem. Tanto o custo, quanto a distância entre casa e escola são factores que influenciam a capacidade das meninas de continuar a estudar. Em comunidades remotas, particularmente, muitas meninas lutam para terminar o ensino básico e a percentagem de raparigas no ensino médio é baixa. Uma pequena amostra em sete escolas em Cabo Delgado, apoiada pela Save the Children, sublinhou esta observação: em seis das escolas havia menos meninas do que meninos na 7ª classe, com duas escolas onde o número de rapazes é o dobro do número das raparigas.<sup>9</sup>

**Mecanismos negativos de superação provocados pelo desastre:** Nas situações mais desesperadoras e na ausência de outros recursos, algumas raparigas são forçadas a se envolver em sexo transaccional como último recurso para aumentar a renda. Nesses casos, as famílias podem preferir casar a filha para evitar o estigma contra o sexo fora do casamento

**A Save the Children e Girl Child Rights (GCR)** operam Espaços Amigo da Criança (EAC) e apoiam Espaços de Aprendizagem Temporária (EAT) e escolas em áreas mais afectadas pelos ciclones Idai e Kenneth. As duas organizações também fornecem serviços de gestão de casos para crianças que exigem protecção urgente. Em colaboração com a Save the Children, a GCR opera uma rede de voluntários e paralegais de campo que promovem a consciencialização em saúde sexual e reprodutiva, identificam casos de casamentos prematuros e encaminham casos às autoridades relevantes. É através dessas actividades que as organizações estão bem posicionadas para observar a dinâmica do casamento prematuro após os ciclones Idai e Kenneth.

Os funcionários identificaram ainda o seguinte **conjunto de crenças e práticas culturais específicas do contexto que permitem e reforçam a prática do casamento prematuro num contexto humanitário**. Embora existam diferenças significativas de contexto nas províncias afectadas pelo ciclone nas províncias de Sofala, Manica e Cabo Delgado, as tendências gerais são muito semelhantes quando se trata de casamento prematuro:

**A definição de rapariga:** em muitas comunidades, acredita-se que as características físicas determinam se uma rapariga está pronta para o casamento, em vez de idade e capacidade mental. O desenvolvimento de atributos físicos femininos e a primeira menstruação são interpretados como fortes sinais de prontidão: a equipa de campo afirmou que “as pessoas nas comunidades veem uma menina como uma mulher quando tem mais de 12 anos”. Em Cabo Delgado, ocorrem os ritos de iniciação onde as raparigas são ensinadas a ‘como se tornar mulher’. Esse ritual pode durar até um mês e reafirma as desigualdades de género existentes entre homens e mulheres.

**O valor económico que as meninas representam,** geralmente na forma de algum tipo de dote. ‘A Rapariga é riqueza da casa’. As virgens são especialmente valorizadas para o casamento em muitas comunidades, e o pagamento à família será maior se a filha se casar como virgem.<sup>10</sup>

**O preço mais alto atribuído às virgens** incentiva casamentos muito precoces, para evitar que as meninas se tornem sexualmente activas antes do casamento. Em alguns casos, é necessária prova de virgindade, para a qual várias pessoas podem actuar como testemunhas e atestar a virgindade da rapariga - isso também é reconhecido como uma forma de violência sexual e

de género. O fracasso em se casar como virgem pode levar as meninas a serem estigmatizadas e abusadas por outros membros da comunidade.

**Algumas meninas são reivindicadas desde muito cedo como futuras esposas de um homem,** específico, muito antes de se tornarem adultas. Existem diferentes maneiras de sinalizar publicamente essa reivindicação, por exemplo, largando um grande tronco em frente à casa de uma rapariga (Kubatira) ou carregando uma menina com força para sua casa.

**A poligamia prevalece em muitas comunidades e se liga ao casamento prematuro.** Em alguns casos, meninas com menos de 18 anos são casadas com um homem rico com uma ou várias esposas. A quantidade de mulheres e crianças que um homem pode reivindicar é considerada um símbolo de status e um contributo para a riqueza económica, uma vez que mais membros da família estão disponíveis para trabalhar nas machambas.

**A ausência de uma estrutura legal que penalize o casamento com menos de 18 anos, sem excepção.** Nas províncias afectadas, o pai é identificado como o principal tomador de decisão com a palavra final quando se trata do casamento de sua filha. O novo projecto de lei contra casamentos prematuros pode ajudar a impedir que os pais procurem casar suas filhas antes dos 18 anos.

<sup>9</sup>Com base em uma pequena pesquisa conduzida pela Save the Children em Cabo Delgado, Setembro de 2019.

<sup>10</sup>Normalmente conhecido como -“Masungiro or Musana wa mai” em Manica Sofala



### Consequências do casamento prematuro para as raparigas

Um [relatório](#) recente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos afirma que: ‘O casamento prematuro e forçado é uma violação dos direitos humanos, uma prática nociva e uma forma de violência de género. Tem uma incidência mais alta em contextos humanitários, com consequências terríveis para os direitos humanos das vítimas, em particular mulheres e raparigas’.<sup>11</sup> As consequências negativas do casamento prematuro para meninas estão bem documentadas. Casamento Prematuro:<sup>12</sup>

- é um acto de abuso infantil e violência sexual e de género que força as raparigas a um relacionamento que as expõe à ameaça de violência contínua
- aumenta o risco de morte e incapacidade das meninas por meio de infeções sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/AIDS, fístula obstétrica e mortalidade materna e infantil
- leva as meninas a abandonar a escola mais cedo, interrompendo sua educação e afectando sua futura

independência política e económica - globalmente 87% das raparigas casadas [estão fora da escola](#).<sup>13</sup>

Os custos económicos globais associados aos impactos do casamento prematuro e de maternidade precoce são muito grandes e particularmente significativos para países com altas taxas de casamento prematuro. Segundo o [Banco Mundial](#), os ganhos em produtividade que seriam observados hoje se as mulheres não se casassem cedo em um conjunto principal de 15 países (incluindo Moçambique) são estimados em 26 bilhões de dólares norte-americanos.<sup>14</sup> Um estudo realizado pela GCR em Sussundenga confirma que ‘há pouco ou nenhum entendimento dos perigos que o casamento prematuro expõe às vítimas como resultado da violação de seus direitos e saúde sexual e reprodutiva (SRHR)’ entre as comunidades.<sup>15</sup> Enquanto a maioria das pessoas consegue se recuperar a curto e médio prazos após um desastre, as raparigas vítimas de casamentos prematuros em um contexto de emergência provavelmente sofrerão as consequências pelo resto das suas vidas.

<sup>11</sup> United Nations High Commissioner for Human Rights (2019) Child, early and forced marriage in humanitarian settings

<sup>12</sup> <https://www.unicef.org/mozambique/en/child-protection>

<sup>13</sup> Save the Children (2018) “Working Together to end child marriage”:

<sup>14</sup> World Bank (2017): Economic Impacts of Child Marriage: Global Synthesis Report

<sup>15</sup> GCR (2019): An HIV free future and enjoyment of full potential” Project, Comprehensive Baseline study.

**Recomendações:**

Por ocasião do Dia Internacional da Rapariga, dos 30º aniversário da CDC-NU, e a apenas um passo final ainda pendente para estabelecer a idade legal para o casamento em Moçambique em 18 anos, sem excepção, instamos o governo, doadores, profissionais e outras partes interessadas em Moçambique para fazer o seguinte:

**Recomendações específicas para o governo de Moçambique Specific recommendations for the government of Mozambique**

- 1. Promulgue a lei contra o casamento prematuro o mais cedo possível.** Uma estrutura legal vinculativa que defina a idade mínima para o casamento aos 18 anos, sem excepção, ajudará a proteger as meninas em risco de casamento prematuro e permitirá que os autores sejam responsabilizados no tribunal. A Assembleia da República deu um passo importante ao aprovar esta legislação, que agora precisa ser convertida em lei.
- 2. Investir na implementação, socialização e aplicação da nova lei.** A experiência mostra que a implementação e aplicação bem-sucedidas das leis dependem de vários fatores, incluindo:
  - a) Promoção e consciencialização a nível comunitário, de maneira apropriada ao contexto local (por exemplo, tradução em idiomas locais, explicações orais da lei e suas implicações)
  - b) Aplicação activa da nova lei em todo o país, de maneira a garantir que os direitos da rapariga sejam protegidos

**Recomendações para profissionais do governo, agências das Nações Unidas, ONGs (I), e doadores:**

- 1. Investir na educação e no empoderamento de meninas:** vários exemplos de casos em que o casamento prematuro foi mal-sucedido envolveu meninas empoderadas que enfrentaram seus pais/responsáveis recusando a se casar antes de terminar a escola e/ou atingir a maioria legal para o casamento. Investir na educação, empoderamento e consciencialização das meninas no que diz respeito à SRHR é, sem dúvida, uma ferramenta forte para prevenir e reduzir o casamento prematuro. Também é necessário o envolvimento de homens, mulheres, meninos e meninas para mudar as normas, crenças e expectativas da sociedade que perpetuam o casamento prematuro. [A análise de Save the Children](#) sugere que permitir que todas as meninas



concluíam o ensino médio pode impedir mais de 51 milhões de casamentos de crianças em todo o mundo, encerrando a prática ao seu alcance.<sup>16</sup>

- 2. Permitir que as meninas retornem à escola o mais rápido possível após uma crise aguda. A Educação em Emergências** fornece uma peça crucial do quebra-cabeças para mitigar o aumento do casamento prematuro após desastres. Conversas com professores nas áreas afectadas confirmaram que a reabilitação escolar oportuna, a distribuição de materiais educacionais e os EAT's tiveram um efeito positivo na assistência e retenção de alunos. A disponibilidade e acessibilidade das escolas secundárias são vitais para esses fins. Além disso, um estudo [recente da Save the Children](#) mostra que a educação é de longe a principal prioridade para crianças em todo o mundo em emergências: “Crianças em crise querem educação mais do que dinheiro, comida ou água”.<sup>17</sup> Para esse fim, a iniciativa “[Educação não pode esperar](#)” é de vital importância.
- 3. Desenvolver estratégias proactivas de mitigação contra o casamento prematuro após um desastre.** A identificação dos principais pontos de entrada para integrar a prevenção do casamento prematuro nos esforços de resposta humanitária existentes é importante a esse respeito, por exemplo, através dos EAC's, EAT's e distribuição de materiais educacionais. As estratégias podem incluir direccionamento específico para raparigas em risco e suas famílias. Este trabalho precisa ser financiado: Actualmente, a prevenção e resposta à violência com base no género recebem [menos de 0,12% do financiamento](#) em contextos de emergência.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Save the Children (2018) “Working Together to end child marriage”

<sup>17</sup> Save the Children (2019): Education against the odds

<sup>18</sup> IRC (2019) Where is the money? How the humanitarian system is failing in its commitment to end violence against women and girls: <https://www.rescue.org/sites/default/files/document/3854/wheresthemoneyfinalfinal.pdf>

**4. Identificar e envolver os principais tomadores de decisão e/ou pessoas influentes nas comunidades para servir como defensores da prevenção e resposta ao casamento prematuro.** A identificação rápida de uniões envolvendo crianças a nível comunitário pode permitir que autoridades e organizações como a Save the Children e a GCR evitem casamentos e trabalhe com meninas (des)casadas para garantir que elas possam realizar seus direitos.

**5. Explorar o impacto dos desastres relacionados às mudanças climáticas no casamento prematuro.** Padrões climáticos imprevisíveis, chuvas irregulares e ciclones de alta intensidade fazem de Moçambique um país cada vez mais propenso a desastres. As ameaças que as mudanças climáticas representam em um contexto tão vulnerável precisam ser tratadas com urgência. Se não o fizermos, dezenas de jovens correm o risco de se casar antes do tempo cada vez que um desastre ocorre.

**6. Estabelecer um banco de dados internacional sobre casamentos prematuros em contextos humanitários com capítulos específicos de países de alto risco, como Moçambique.** As agências da ONU, com o apoio de governos e partes interessadas locais, devem preencher essa lacuna de dados críticos e apoiar o estabelecimento de um banco de dados internacional robusto sobre casamentos prematuros em contextos humanitários, abordando:<sup>19</sup>

- a) por que o casamento prematuro aumenta em alguns contextos
- b) factores decisórios dos pais
- c) factores preexistentes e específicos da crise do casamento prematuro
- d) apoiar as necessidades das meninas e suas famílias,
- e) que intervenções funcionam para tratar do casamento prematuro.

<sup>17</sup> Estas recomendações foram retiradas em: Save the Children and Human Rights Center UC Berkely School of Law (2018) TOWARD AN END TO CHILD MARRIAGE. Lessons from Research and Practice in Development and Humanitarian Sectors, Save the Children and Human Rights Center UC Berkely School of Law.

